

RELATÓRIO

2007/2014

Programa Pernambuco de enfrentamento
à violência sexual contra crianças e adolescentes (PPEVS)



Uma iniciativa da **Childhood Brasil**
no estado de Pernambuco.

CHILDHOOD

PELA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA

FUNDADA POR S. M. RAINHA SILVIA DA SUÉCIA

APRESENTAÇÃO



Esta publicação é um registro de todas as atividades e resultados das ações desenvolvidas pela **Childhood Brasil** no estado de Pernambuco entre 2007 e 2014. Quando iniciamos as atividades no estado, só havia um caminho a escolher: participar da consolidação dos planos municipais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes junto ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA). Isso resultou no Plano Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

Após participar do processo de construção desse plano estadual, pactuamos o Termo de Cooperação Técnica com o poder executivo Estadual. Com o objetivo de tirar o plano do papel elaboramos os projetos Turismo e Proteção a Infância; Formação Profissional de Jovens; Centro de Estudos, Pesquisas e Atendimentos Relativos à Violência Sexual; Laços de Proteção; e Programa Na Mão Certa.

Além disso, trabalhamos junto ao poder judiciário do estado para implantar salas em que se pudesse realizar o Depoimento Protegido de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência sexual. Apoiamos a equipagem da primeira sala e a formação dos técnicos na metodologia desenvolvida por nós.

Todos os projetos e publicações que tivemos a oportunidade de realizar neste período só foram possíveis graças à grande coalizão criada no estado, que envolveu os setores privado e público, as organizações da sociedade civil e as universidades. Cada um desses segmentos somou ao projeto trazendo suas experiências, aportando conhecimento e contribuindo na construção do novo.

Essa aliança possibilitou um conjunto de ações que fortaleceu os atores locais vinculados à gestão pública e à sociedade civil organizada. Além disso, permitiu o desenvolvimento profissional e a articulação dos jovens que participaram do projeto durante todos esses anos, e sem os quais os resultados não teriam o mesmo brilho e vigor.

Ao fazer um balanço final, concluímos que cumprimos os objetivos e metas estabelecidas no âmbito em que nos propusemos. E temos certeza de que a metodologia criada no marco desta atuação gestada em partes por outros programas da organização, considerou a prática democrática e participativa de cada um dos setores citados. Muitos desafios ainda permanecem e irão merecer a atenção dos diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD).

Nossos mais sinceros agradecimentos a todos os consultores e pessoas que atuaram direta ou indiretamente neste trabalho, a todos os parceiros que acreditaram nos projetos e em especial aos jovens que participaram ativamente e de forma entusiástica dos projetos, e que fizeram com que as ações saíssem do papel.

Este trabalho realizado prova que uma ação eficaz na garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes só é possível quando realizada de forma articulada, unindo esforços, competências e estratégias conjuntas. E mesmo não estando mais a frente da execução, mas sim junto à cadeia produtiva do turismo e atuando de forma mais estratégica – conforme previsto em nosso planejamento de 2014 –, a **Childhood Brasil** espera que esse pacto pela infância e pela juventude tenha continuidade.

Este relatório também é uma forma de
reconhecer e agradecer a todos os parceiros
que estiveram conosco nessa longa caminhada.

BOA LEITURA!



EXPEDIENTE

CONSELHOS

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Rosana Camargo de Arruda Botelho | Participações Morro Vermelho

Anna De Geer | World Childhood Foundation

Arthur José de Abreu Pereira | SDI Desenvolvimento Imobiliário

Carlos Alberto Mansur | Banco Industrial do Brasil

Carlos Pires Oliveira Dias | Participações Morro Vermelho

Celita Procópio Carvalho | Fundação Armando Alvares Penteado

Christer Manhusen | Câmara do Comércio Sueco-Brasileira

Eduardo Alfredo Levy Junior | Bexs Banco Corretora de Câmbio

Erling Sven Lorentzen | Lorentzen Empreendimentos

John Henry Baber Harriman | Santander Private Banking

José Ermírio de Moraes Neto | Votorantim Participações

Kelly Gage | Curtis L. Carlson Family Foundation

Klaus Werner Drewes | Drewes & Partners Corretora de Seguros

Luis Norberto Paschoal | Cia DPaschoal de Participações

Luiz de Alencar Lara | LewLara\TBWA Publicidade

Nils Erik Gunnarsson Grafström | Invest Sweden

Paulo Agnelo Malzoni | Grupo Víctor Malzoni

Paulo Setúbal Neto | PSN Participações

Pedro Paulo Poppovic | Conectas

Rolf Gustavo Roberto Baumgart | Grupo Vedacit

CONSELHO FISCAL

Olga Colpo | Participações Morro Vermelho

Sergio Orlando Asís | SOA Consulting

ASSESSORIA AO CONSELHO

Ana Maria Drummond

CRÉDITOS DESTA PUBLICAÇÃO

Supervisão Geral da Produção: Itamar Batista Gonçalves | **Coordenação da Diagramação:** Alessandra Castro de Assis |

Redação: Maria Gorete Oliveira Medeiros Vasconcelos | **Preparação de texto:** Anna Flora Werneck e Tatiana Akabane | **Edição de**

originais e revisão de texto: Camila Werner | **Projeto gráfico e diagramação:** Atelier Carta Comunicação e Projetos Especiais

EQUIPE

Diretor Executivo

Rodrigo Santini

Vice Diretor Executivo

Ricardo de Macedo Gaia

Gerente de Advocacy

Itamar Batista Gonçalves

Gerente de Desenvolvimento Institucional

Ana Flávia Gomes de Sá

Gerentes de Programas e Relações Empresariais

Eva Cristina Dengler

Gestão do Conhecimento

Anna Flora Werneck

Assessora de Mobilização de Recursos

Vanessa Teramoto Higa

Analista de Comunicação

Alessandra Castro de Assis

Analista de Operações

Marina Monteiro

Analista de Programas

Alessandra Alves da Silva

Fernanda Gonçalves

Mônica Santos

Estagiária de Operações e Programas

Patricia de Sousa Costa

SUMÁRIO

08

1. Childhood Brasil

09

2. Introdução

10

3. Estruturação do programa

22

4. Turismo e proteção à infância no Nordeste do Brasil

32

5. Principais ações apoiadas pela **Childhood Brasil** no estado de Pernambuco – 2007/2014

34

6. Depoimentos

42

7. Conclusão

44

8. Parceiros

CHILDHOOD BRASIL

A **Childhood Brasil** é uma organização brasileira que faz parte da World Childhood Foundation, instituição internacional criada em 1999 por Sua Majestade Rainha Silvia da Suécia para proteger a infância e garantir que as crianças sejam crianças. Além do Brasil, a **Childhood** também tem escritórios na Alemanha, Estados Unidos e Suécia. Desde sua criação, mais de mil projetos foram executados em dezoito países.

Há quinze anos a organização luta por uma infância livre de abuso e exploração sexual. Ao longo desse período, trabalhou de maneira estratégica, com excelência e de forma integrada com empresas, governos, organizações e comunidades. Como resultado de sua consistente capacidade de articulação, a **Childhood Brasil** é referência na mobilização de pessoas, estimulando o conhecimento sobre o tema e ampliando a defesa da causa.

Ao longo de 15 anos, a **Childhood Brasil** investiu R\$ 58 milhões. Ela apoiou 127 projetos realizados por 68 organizações; 61 pesquisas e publicações; mobilizou mais de 1886 empresas a agirem no enfrentamento à violência sexual; e influenciou tribunais de justiça a implantarem mais de cem salas de depoimento especial no país, entre outros feitos. Assim, a **Childhood Brasil** beneficiou mais de 1,5 milhão de pessoas, entre crianças e adolescentes, seus familiares, gestores de governos e de organizações da sociedade civil.

No estado de Pernambuco, entre 2007 e 2014, a **Childhood Brasil** implantou uma experiência pioneira para testar e adequar as metodologias e tecnologias sociais desenvolvidas pela organização. Além disso, criou novas metodologias no enfrentamento à violência sexual, de acordo com as necessidades do estado.

INTRODUÇÃO

A **Childhood Brasil** está presente no estado de Pernambuco desde 2000, quando, por meio do Programa Sementeiros, apoiou com recursos financeiros e técnicos dezoito projetos executados por seis Organizações Não Governamentais (ONGs) locais com potencial de realizar ações inovadoras.

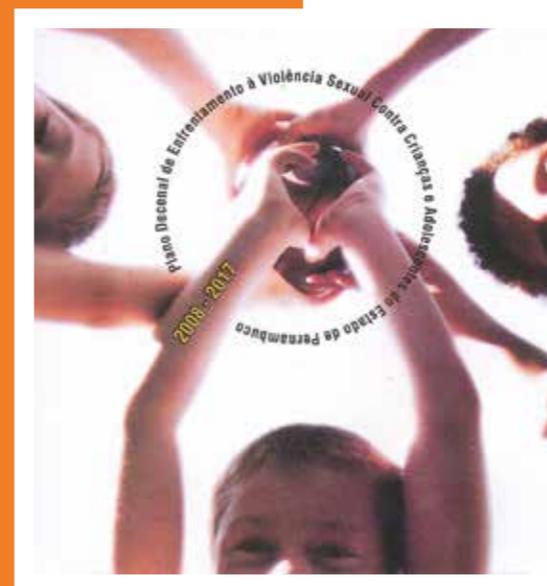
Em 2007, a **Childhood Brasil**, o Governo do Estado de Pernambuco e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PE) iniciaram uma parceria¹ para revisar o Plano Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Estado, prestar assessoria técnica ao CEDCA e apoiar a Rede Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A revisão desse plano era uma demanda do CEDCA, do estado de Pernambuco e da rede local de proteção de crianças e adolescentes. A **Childhood Brasil** acatou esse desafio também com o objetivo de fortalecer essa instância de articulação no âmbito do estado. A assessoria ao CEDCA contribuiu para que o Conselho realizasse o seu planejamento estratégico e definisse o enfrentamento à violência sexual como uma de suas linhas estratégicas.

Após a revisão e a validação do Plano Decenal, a **Childhood Brasil** estabeleceu uma parceria com o CEDCA e com o Governo do Estado, lançando o Programa Pernambuco de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PPEVS). A partir de uma conjuntura política favorável, a implantação do PPEVS tinha o objetivo de influir nas políticas públicas com foco no enfrentamento à violência sexual por meio do fortalecimento da rede de proteção da infância e adolescência; da mobilização e qualificação do trade turístico para enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil; e da consolidação das ações do Programa em políticas públicas.

Este documento apresenta o relato e os resultados dessa experiência, levando em consideração impressões, construções teóricas e reflexões de diferentes atores envolvidos, direta e indiretamente, no processo de realização desse espaço e dessa prática intersetorial.

¹ Parceria relatada no item 4.



ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA

As primeiras ações no estado de Pernambuco foram concomitantes à fundação da **Childhood** no Brasil e se deram por meio do apoio a projetos de organizações locais. Ao longo de quinze anos, dezoito projetos de seis organizações locais receberam esse apoio, conforme a tabela a seguir:

ORGANIZAÇÃO APOIADA	PERÍODO DE APOIO
Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – AMUNAM	5 anos
Coletivo Mulher Vida – CMV	4 anos
Ação Social Paróquia Palmares	2 anos
Instituto Papai	3 anos
Casa de Passagem	1 ano

Em 2007, a **Childhood Brasil** começou uma articulação com o Governo do Estado de Pernambuco e com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) que resultou na celebração do Termo de Cooperação Técnica 001/2007, assinado na abertura da VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse termo tinha o objetivo de desenvolver ações articuladas em rede, voltadas para a implantação e ou implementação de políticas públicas de prevenção e atenção integral às situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.



Em 2008, o governo do Estado, o Ministério do Turismo e a **Childhood Brasil** firmaram um Protocolo de Intenções, no qual foram assumidos compromissos para o desenvolvimento de ações concretas de políticas públicas no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

A assinatura desses dois compromissos consolidou nossa parceria com atores importantes e, a partir disso, pudemos elaborar e executar os projetos previstos no PPVES com a convergência de ações integradas no estado de Pernambuco visando a consolidação de políticas públicas com foco no enfrentamento à violência sexual. A experiência vivenciada foi fruto de um processo intenso e democrático de articulação que contemplou sociedade civil organizada, governo e empresas. Esse processo tinha como objetivo o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) e contou com parceiros como o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PE), Governo do Estado de Pernambuco, Ministério do Turismo, Plan Brasil, municípios da região metropolitana de Recife, do agreste e do litoral sul do estado.

Durante o período de sete anos (2007-2014), a **Childhood Brasil** executou seis projetos frutos de experiências e metodologias bem sucedidas da organização em consonância com as demandas do estado e dos municípios beneficiados, a saber:

- Laços de proteção
- Código de conduta ética de proteção de crianças e adolescentes no turismo do estado de Pernambuco
- Inclusão social com capacitação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social – versões I (2009) e II (2010)
- Programa Na Mão Certa Pernambuco
- Centro de Estudos, Pesquisa e Atendimento Relativos à Violência Sexual (CEPARVS)
- Turismo e proteção à infância no Nordeste do Brasil

LAÇOS DE PROTEÇÃO

PROJETO LAÇOS DE PROTEÇÃO	
Público alvo	Professores, educadores de apoio, técnicos socioeducativos e profissionais do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.
Municípios Contemplados	Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Barreiros, Tamandaré, São José da Coroa Grande, Bom Conselho e Vitória de Santo Antão.
Parceiros	Prefeituras municipais, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Conselhos Municipais, Secretaria de Educação e de Assistência Social, Petrobrás Social e Brasil Foods.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • 3 seminários (900 participantes); • 16 encontros de formação (642 participantes); • Oficina de alinhamento teórico-metodológico para a equipe de consultores e professores do projeto (24 participantes); • Rodas de Diálogos em três municípios (94 participantes); • Reprodução de 5000 exemplares do Guia de Referência Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual; • Gravação de CD com os conteúdos das aulas, entregue aos alunos; • Termo assinado pelos gestores dos sete municípios firmando compromisso com a causa e legitimando os comitês gestores; • Inauguração da primeira sala de Depoimento Especial em Pernambuco no Tribunal de Justiça; • Capacitação dos técnicos do Tribunal de Justiça em entrevista forense.

O projeto Laços de Proteção é uma metodologia da **Childhood Brasil** desenvolvida para fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos por meio da qualificação dos agentes públicos sobre infância, adolescência, sexualidade, violência sexual e trabalho em rede. Esse projeto já foi implantado com sucesso em São José dos Campos (SP), São Paulo, ABC Paulista e Juruti (PA). Esse conjunto de experiências permitiu a consolidação de uma matriz de formação e dos princípios institucionais para esse programa: a importância do trabalho em rede, a violência sexual compreendida como um fenômeno da sexualidade humana e o cuidado com o cuidador.

Antes de aplicar a formação no estado de Pernambuco, realizamos um amplo alinhamento conceitual e metodológico envolvendo a equipe de formadores de Recife e a equipe de formadores de São Paulo. Esse momento propiciou a avaliação e a reflexão sobre o que tinha sido construído até então e norteou o início das formações em Pernambuco com base nas demandas do estado. Entre 2009 e 2014, foram executados dois projetos de formação em cidades do litoral sul (Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Barreiros, Tamandaré e São José da Coroa Grande) e do agreste pernambucano (Vitória de Santo Antão e Bom Conselho). Um projeto focou no sistema de educação — Laços de Proteção na Educação — e o outro nos diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) — Laços de Proteção para o SGD.

Neste período foi também realizado um acordo de cooperação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, onde foi pactuado a instalação da primeira sala de Depoimento Especial para crianças e adolescentes do estado pela **Childhood Brasil**. Além da doação dos equipamentos, a **Childhood Brasil**, através do projeto Depoimento Especial, capacitou os servidores do Tribunal de Justiça na metodologia de entrevista forense. Além disso, realizou, em 2012, o “Seminário Distinções e Complementariedades Entre o Papel da Autoridade Judiciária e das Equipes Multidisciplinares”.

S. M. Rainha Silvia no lançamento da primeira sala de Depoimento Especial de Pernambuco no Tribunal de Justiça



Nos sete municípios do litoral sul de Pernambuco foram aplicados instrumentais para detectar a percepção dos profissionais em relação à ocorrência da Violência Sexual de Crianças Adolescentes e os resultados foram os seguintes:

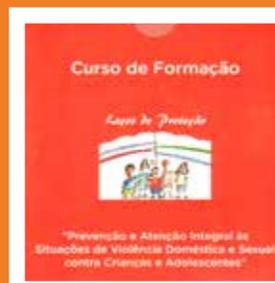


Esses dados evidenciaram a necessidade de termos profissionais qualificados no ambiente escolar para tratar desses temas com os alunos. A maioria expressiva dos profissionais participantes do curso afirmou não ter participado de algum tipo de capacitação que abordasse as temáticas do abuso sexual, exploração sexual, pornografia infantil, abuso online e pedofilia.

PUBLICAÇÕES



Para apoiar a realização da formação, foram utilizados dois materiais pedagógicos institucionais. O Guia de Referência – construindo uma cultura de prevenção a violência sexual traz dados sobre o fenômeno da violência sexual no Brasil, além de sugestões de metodologias e de desenvolvimento de atividades e oficinas com crianças, adolescentes e comunidades, que podem ser aplicadas por profissionais de Educação (formal e não formal), Saúde e Assistência Social. E um CD com todas apresentações do curso de formação que os profissionais podiam levar para casa ou para suas instituições.



CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

A **Childhood Brasil** iniciou sua plataforma a favor da proteção da infância no turismo por meio do investimento social em uma organização pioneira em sua atuação contra o turismo sexual no Rio Grande do Norte, a ONG Resposta – Responsabilidade Social Posta em Prática. Esse apoio proporcionou o entendimento de que seria necessário evoluir para um compromisso intersetorial e buscar uma mudança de patamar de investimento em relação à causa, fosse em nível local ou federal. Diante dessa necessidade, a **Childhood Brasil** influenciou o Ministério do Turismo (então sob liderança do Ministro Walfrido Mares Guia) a assumir uma agenda contínua na causa da proteção da infância no turismo, o que evoluiu de uma Câmara Temática para uma área interna denominada Programa Turismo Sustentável & Infância. Esse programa passou a estabelecer compromissos e políticas de investimento na área da infância e a incluir o setor privado como um agente importante de mudança. A **Childhood Brasil** ofereceu a criação de uma marca, que mais tarde evoluiu para um selo governamental que, durante muitos anos, foi utiliza-

da como ícone de comunicação e reconhecimento dos atores estratégicos na causa dentro do setor de turismo. Seguindo o princípio da intersetorialidade como estratégia de enfrentamento, buscamos o estabelecimento de uma parceria com a iniciativa privada, desta vez em maior escala do que no Rio Grande do Norte, para poder avaliar quais seriam as melhores práticas de implantação de um Código de Conduta, na medida que as referências internacionais que tínhamos à época (The Code, ECPAT e Organização Mundial do Turismo – OMT) estabeleciam as diretrizes, mas não o método de implantação. A ONG Resposta foi convidada a ser um parceiro desta empreitada durante as etapas iniciais de sensibilização e engajamento do público interno em torno da causa. A partir da experiência com a Rede Atlantica Hotels International, nosso parceiro empresarial nesta iniciativa desde 2005, partimos para o desenvolvimento de um método que foi novamente colocado em prática, desta vez com uma lógica de destino e não apenas de meio de hospedagem, no estado de Pernambuco.

No estado de Pernambuco, a implantação do projeto Código de Conduta Ética de Proteção de Crianças e Adolescentes no Turismo tinha como objetivo promover

a mobilização, a articulação e a garantia de políticas públicas de proteção à infância e adolescência no turismo por meio da adesão das empresas deste setor.

Essa ação contou com apoio da Petrobras Social via Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e foi executado por meio de uma aliança estratégica constituída pelas organizações: **Childhood Brasil**, Secretaria de Turismo de Pernambuco (Setur), Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur), Associação das Secretarias de Turismo de Pernambuco (ASTUR-PE), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (CEDCA), Rede ECPAT Brasil e Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças Adolescentes no Estado de Pernambuco, as quais representam os três setores da sociedade.

Com base na experiência institucional com o Código de Conduta, contamos com uma ampla mobilização social de profissionais do setor turístico e do sistema de garantia de direitos, dos gestores públicos e dos estudantes dos cursos de turismo, gastronomia, hotelaria e eventos para adaptá-lo a realidade do estado e servir

de ferramenta para sensibilização, educação e orientação para todos aqueles que compõem a cadeia produtiva do turismo. Em março de 2011, o **Código de Conduta Ética de Proteção de Crianças e Adolescentes no Turismo do Estado de Pernambuco** foi aprovado e lançado durante o Seminário Estadual de Pactuação pela Proteção de Crianças e Adolescentes no Turismo.

O processo de adesão das empresas deveria ser monitorado pelo Comitê Estadual de Monitoramento do Código de Conduta, gerido pela Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco - SETUR/EMPETUR, órgão que delibera sobre as ações estaduais que envolvem a proteção à infância no contexto do turismo. Desde o início do projeto, 308 empresas do setor turístico assinaram o Código de Conduta Ética de Proteção de Crianças e Adolescentes, sendo 86 hotéis e pousadas, 189 bares e restaurantes, treze equipamentos de apoio e vinte associações atuantes no Litoral Sul de Pernambuco. Atualmente, 62 meios de hospedagem dos municípios pernambucanos deveriam ser monitorados em relação à implementação do Código de Conduta.

PROJETO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO	
Público alvo	Cadeia produtiva do turismo: funcionários, empresários, universitários e profissionais do SGD.
Municípios Contemplados	69 municípios turísticos do estado de Pernambuco, das 11 regiões turísticas de desenvolvimento.
Parceiros	Ministério do Turismo, Secretaria Estadual de Turismo, Empetur, Universidades, CEDCA, Associações de Turismo, Ecpat Brasil e Petrobras Social.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • 12 seminários regionais com 715 participantes; • 20 seminários de sensibilização nas instituições de ensino superior com 957 participantes; • 9 reuniões com associações turísticas para discussão e aprovação da versão preliminar do Código de Conduta; <ul style="list-style-type: none"> • Manual de Boas Práticas; • Código de Conduta Ética no Turismo.

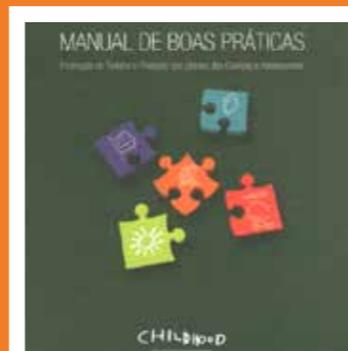
PUBLICAÇÕES



Código de Conduta Ética de Proteção às Crianças e Adolescentes no Turismo: consciente da importância da atividade turística e do seu potencial de contribuir para a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, o estado de Pernambuco se organizou por meio de uma aliança intersetorial com o propósito de elaborar essa publicação que visa nortear a adoção de diretrizes para o trabalho dos profissionais e gestores do setor turístico, tendo como foco os padrões éticos e legais.

O Manual de Boas Práticas é resultado de um trabalho realizado pela **Childhood Brasil** em parceria com a Associação de Secretarias de Turismo (ASTUR), a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e a Rede de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes desse estado. O documento contempla

sugestões feitas por representantes de empresas da cadeia produtiva do turismo, gestores públicos, sistema de garantia de direitos, instituições de ensino técnico e superior, e participantes dos Seminários Regionais “Turismo e Proteção à Infância”, realizados em cidades-pólos, das onze regiões turísticas de Pernambuco.



INCLUSÃO SOCIAL COM CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL VERSÕES I (2009) E II (2010)

Essa foi uma iniciativa inédita para a **Childhood Brasil**. Apesar de não termos experiência prévia com essa atividade, era fundamental refletir e avaliar uma forma de incluir os jovens nas ações locais e, por meio da mobilização do *trade* turístico, criar oportunidades para que eles fossem integrados social e profissionalmente. Os projetos de Inclusão Social com Capacitação Profissional de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social versões I (2009) e II (2010) contribuíram para a amadurecer a estruturação de projetos de vida, pautados por uma conduta ética, humanitária e autoprotetora em consonância com um setor produtivo: o turismo.

Os projetos buscaram jovens entre 16 e 26 anos, com o ensino fundamental concluído, interesse em se qualificar profissionalmente, residentes nos municípios-alvo do projeto e em situação de vulnerabilidade social.

A formação dos jovens possibilitou a construção de projetos pessoais e coletivos, os quais foram pautados durante o processo de qualificação profissional, gerando um movimento de corresponsabilidade que envolveu a família, o *trade* turístico e as organizações parceiras.

Esses projetos foram promovidos pelo Ministério do Turismo, por meio do Programa Turismo Sustentável e Infância, com o apoio do Conselho Nacional de Turismo e executado pela **Childhood Brasil** em parceria com o SENAC-PE, em cidades litorâneas do estado de Pernambuco. A versão I da experiência qualificou 240 jovens para o mercado de trabalho, com um índice de inserção de 85% . A versão II qualificou 200 jovens para o mercado de trabalho, com um índice de inserção de 75%.

Os cursos tiveram uma carga horária total de 288 horas por ano, sendo 224 horas dedicadas ao módulo técnico específico, ministrado pela equipe do SENAC/PE; e 64 horas dedicadas ao módulo integrador, ministrado pela equipe da **Childhood Brasil**. Acreditamos que esse módulo tenha sido o grande diferencial do curso, uma vez que trabalhou as competências para a vida levando em conta toda subjetividade do jovem e sua conjuntura social e familiar.

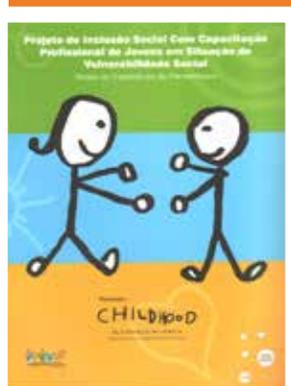
O processo de Formação Profissional e Tecnológica dos jovens envolveu vivências em sala de aula que contemplavam os aspectos teórico e práticos da qualificação profissional, bem como experiências em atividades extraclasses, tais como: visita a hotéis, pousadas, restaurantes e universidades; e participação em eventos e passeios turísticos com o objetivo de ampliar a visão de mundo, fortalecer a cultura geral e consolidar a visão do jovem como protagonista de sua história. A **Childhood Brasil** acompanhou de perto os alunos, prestando assistência a suas famílias quando necessário e preparando os jovens para o mundo do trabalho.

A dinâmica estabelecida na execução dos projetos possibilitou um diálogo aberto entre empresas, alunos, famílias, agentes governamentais e não governamentais, e o SENAC. O que resultou no compartilhamento e na construção de uma ação estratégica de enfrentamento aos riscos da exploração sexual para a juventude local.

PROJETO INCLUSÃO SOCIAL COM CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - VERSÕES I E II

Público alvo	Jovens em situação de vulnerabilidade social.
Municípios Contemplados	Cabo de Santo Agostinho, Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Abreu e Lima, e Ipojuca.
Parceiros	Ministério do Turismo, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescentes (CEDCA/PE), Secretaria Estadual de Turismo, Conselhos Municipais e Prefeituras dos Municípios de Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Ipojuca, Recife, ABRASEL, ASTUR, Resort Villa Galé, Beach Class de Muro Alto, Hotel Caravelas de Pizón e SENAC.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • formação de 440 Jovens; • 2 aulas-vitrine para empresários do trade turístico; • 2 cartilhas publicadas; • 85% dos jovens da versão I inseridos no mercado de trabalho; • 75% dos jovens da versão II inseridos no mercado de trabalho.

PUBLICAÇÕES



Estas duas cartilhas apresentam o passo a passo das duas experiências de implantação do projeto de formação de jovens em situação de vulnerabilidade social nas cidades do Recife, Olinda, Abreu e Lima, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Elas introduzem conceitos, apresentam a metodologia utilizada nos módulos específico e integrador dentro de um enfoque interdisciplinar, as estratégias de mídia e comunicação, o sistema de avaliação, o acompanhamento psicossocial, o processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho, os resultados, as lições aprendidas, bem como os desafios resultantes desse processo.



PROGRAMA NA MÃO CERTA PERNAMBUCO

O Programa Na Mão Certa foi lançado em 2006 para mobilizar governos, empresas e organizações do terceiro setor para o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Seu principal instrumento é um Pacto Empresarial contra exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras que convida empresas e entidades empresariais a assumirem esse compromisso. Mais de 1400 empresas assinaram esse Pacto até o final de 2013. O Programa também tem uma importante parceria com a Polícia Rodoviária Federal desde 2009 por meio da qual realiza o Projeto Mapear que consiste na formação de policiais sobre a causa e no mapeamento qualificado de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras.

A ação do Programa Na Mão Certa em Pernambuco teve duas frentes principais: a mobilização do setor empresarial do estado e a transferência de metodologia da Polícia Rodoviária Federal para realizar o mapeamento de pontos vulneráveis a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias estaduais.

Mobilização do setor empresarial

Representantes do setor empresarial participaram do lançamento da mobilização regional em Pernambuco. O evento, realizado no dia 24 de novembro de 2009, contou com a presença do então secretário executivo de Desenvolvimento Econômico, Alberto Galvão, do então secretário executivo de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Acácio Carvalho, e de representantes das principais empresas atuantes na região. O objetivo do encontro era apresentar o Programa Pernambuco de Enfrentamento à Violência Sexual (PPEVS) e mobilizar o setor empresarial para o enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes, principalmente nas rodovias estadual e nacional. Em Março de 2010, um importante passo foi dado com a adesão da Associação das Empresas de Suape (Assesuape) ao Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, base do programa Na Mão Certa. O anúncio foi feito no dia 18 de março de 2010, em evento que reuniu empresários, o Batalhão Rodoviário da Polícia Militar (BPRV) e representantes da sociedade civil.

Entre os anos de 2011 e 2012, duas etapas do Ciclo de Workshops Regionais foram realizadas no estado de Pernambuco. O objetivo desses eventos era formar treze pontos focais e dezenove multiplicadores nas empresas que aderiram ao pacto empresarial e tinham operações logísticas no estado.

Com objetivo de reforçar a atuação empresarial no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias estaduais, em outubro de 2012 foi realizado o Segundo Encontro Empresarial Regional do PNMC em Pernambuco. O evento contou com a participação especial do jornalista e radialista Pedro Trucão, que conduziu um debate com os principais representantes do Sistema de Garantia de Direitos de Recife e do estado. O objetivo desse debate era estreitar as relações das empresas e entidades empresariais com a rede de proteção de crianças e adolescentes, abrindo espaço para entender os papéis de cada instituição do poder público e da sociedade civil.

Mapeamento das rodovias estaduais

O mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras é uma das principais armas utilizadas por empresas engajadas com o Programa Na Mão Certa. Em Pernambuco, ele ganhou um reforço inédito. Pela primeira vez, o mapeamento das estradas foi feito também em rodovias estaduais. O projeto, piloto no Brasil, foi realizado em Pernambuco pela Polícia Rodoviária Estadual em parceria com o Programa e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

As mobilizações para a realização do mapeamento começaram em 2009, porém o mapeamento foi realizado em 2012. Os objetivos desse projeto consistiam na transferência de metodologia do mapeamento dos pontos vulneráveis

PROGRAMA NA MÃO CERTA PERNAMBUCO

Público alvo	Profissionais da PMPE/BPRV, gestores Estratégicos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Pernambuco e setor privado.
Municípios Contemplados	Estado de Pernambuco.
Parceiros	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Pernambuco (CEDCA), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS), Polícia Militar do Estado de Pernambuco (PMPE) e Batalhão da Polícia Rodoviária do Estado de Pernambuco (BPRV)
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • 2 encontros empresariais regionais do programa Na Mão Certa em Pernambuco; • 5 turmas do curso temático (276 profissionais); • Workshop para empresas situadas no Complexo Industrial de Suape; • Workshop para empresas signatárias do pacto empresarial do programa na Mão Certa na região Nordeste; • 1379 pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes identificados nas rodovias do estado de Pernambuco.

à exploração sexual de crianças e adolescentes da Polícia Rodoviária Federal para a Polícia Rodoviária Estadual de Pernambuco e na capacitação e sensibilização de 250 policiais do Batalhão da Polícia Rodoviária do Estado sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. Pernambuco foi o primeiro estado brasileiro a receber essa tecnologia social e a ter suas rodovias estaduais mapeadas por meio dela. Um avanço importantíssimo para qualificar o entendimento do fenômeno nas estradas e para estreitar as relações entre a PRF e a PM de PE.

O mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes do estado de Pernambuco se inseriu no Pacto pela Vida, liderado pela Secretaria de Defesa Social, por meio do Comando Militar de Pernambuco e executado pelo Batalhão da Polícia Rodoviária do Estado de Pernambuco (BPRV).

Foram mobilizados 210 policiais que mapearam 7023 km de Rodovias Estaduais identificando 1379 pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, distribuídos nas diversas regiões do estado. O resultado do mapeamento foi entregue ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), órgão parceiro da **Childhood Brasil** para execução e sistematização da ação do Programa Na Mão Certa em Pernambuco, e publicado na última edição do Mapeamento dos Pontos Vulneráveis a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais 2013/2014.

CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E ATENDIMENTO RELATIVOS À VIOLÊNCIA SEXUAL - CEPARVS

A ideia de implantar um centro de estudos, pesquisas e atendimentos vinculado a uma universidade surgiu a partir da identificação da fragilidade do atendimento especializado para crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual. A estruturação desse serviço especializado foi feita em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e inspirado nas experiências de outros centros de estudo sobre o assunto. O objetivo era desenvolver estudos, pesquisas e metodologias que possibilitassem a estruturação de uma tecnologia social de atendimento especializado em rede de proteção para crianças, adolescentes e famílias vulneráveis e ou em situação de violência sexual, visando a sua disseminação para os serviços de referência do estado. A equipe do CEPARVS passou por intercâmbio interinstitucional nos centros especializados do Estado de São Paulo, como o Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual ligado a Universidade de São Paulo (CEARAS/USP), o Programa de Atenção às Vítimas de Violência Sexual (PAVAS/USP), o Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) do Instituto Sedes Sapientiae, o Projeto Quixote, vinculado a UNIFESP, e o Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD (CRAMI ABC). A equipe também fez um curso ministrado pela equipe do CEARAS da USP. O CEPARVS foi gestado e abrigado no âmbito da parceria com a Faculdade Frassinete do Recife (FAFIRE). Além dos atendimentos especializados, a equipe do CEPARVS realizou uma pesquisa diagnóstica sobre a realidade das políticas de atendimento às situações de violência sexual em oito cidades polo de desenvolvimento do estado e a sistematização da metodologia de atendimento terapêutico às crianças, aos adolescentes e as suas famílias que sofreram violência sexual, incluindo também a pessoa que supostamente cometeu a violência.

² O CEARAS é um centro de estudos e atendimento que lida com questões referentes ao incesto. Faz parte do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica, Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Por estar vinculado à Universidade, o trabalho do CEARAS é configurado por pesquisa e docência, além da prestação de serviço à comunidade. Oferece atendimento em saúde mental a famílias que tenham uma denúncia judicial referente ao abuso sexual praticado entre seus membros.

CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E ATENDIMENTOS RELATIVOS À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CEPARVS)

Público alvo	Crianças e adolescentes em situação de violência sexual e suas famílias.
Municípios Contemplados	Estado de Pernambuco.
Parceiros	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA /PE), Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), CRIAR-TJPE, Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • 10 crianças e suas famílias assistidas; • 1 cartilha publicada sobre a metodologia do CEPARVS e de um Caderno de Pesquisa sobre o Diagnóstico do Funcionamento da Rede de Proteção Social no Estado de Pernambuco; • inserção do CEPARVS na estrutura da Clínica Psicológica da FAFIRE, garantindo a perenidade dos atendimentos terapêuticos e incorporando os terapeutas do Centro; <ul style="list-style-type: none"> • supervisão institucional e clínica para equipe do CEPARVS; • atendimento contínuo de crianças, adolescentes, famílias e autores da agressão em situação de abuso e exploração sexual, que tenham uma denúncia formalizada no Sistema de Garantia de Direitos, encaminhados pelas Varas de Crimes Contra Crianças e Adolescentes da Capital, GPCA e CREAS; • grupo de estudos com a equipe do CEPARVS e dos seus parceiros (técnicos do TJPE, professores da FAFIRE e alunos da graduação); <ul style="list-style-type: none"> • estágio supervisionado para os alunos da graduação.

PUBLICAÇÕES

A publicação *Diagnóstico da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente em Situação de Violência Sexual – Um olhar sobre o atendimento integral à criança e ao adolescente vítima de violência sexual em oito cidades-polo de Pernambuco* apresenta uma análise do Sistema de Garantia de Direitos para promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual nas oito cidades polo de desenvolvimento do estado de Pernambuco: Recife (Região Metropolitana do Recife), Carpina (Mata Norte), Palmares (Mata Sul), Caruaru (Agreste Central), Garanhuns (Agreste Meridional), Salgueiro (Sertão central), Arcoverde (Sertão do Moxotó) e Petrolina (Sertão do São Francisco).



O caderno *Centro de Estudos, Pesquisas e Atendimentos Relativos à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEPARVS)* apresenta a sistematização da experiência de implantação desta metodologia desde março de 2011, oferecendo tratamento psicoterapêutico para crianças, adolescentes, famílias e supostos agressores.



TURISMO E PROTEÇÃO À INFÂNCIA NO NORDESTE DO BRASIL

Os resultados dos projetos e iniciativas propostos pelo PPEVS nos itens anteriores foram interessantes para os municípios e atraíram novos parceiros. Por meio de uma parceria estratégica com a Plan Brasil e Plan Holanda, firmada em 2010, a **Childhood Brasil** somou forças para contribuir para a implementação e o fortalecimento das políticas públicas, com foco no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, visando a garantia dos seus direitos no Nordeste do Brasil. Dessa forma, deu-se continuidade às iniciativas desenvolvidas por meio do fortalecimento do sistema de garantia de direitos (metodologia Laços de Proteção), do Código de Conduta Ética de Proteção de Crianças



e Adolescentes no Turismo, da formação profissional de jovens e do acréscimo de novos municípios como beneficiários dessa ação.

O projeto abrangeu os municípios de Tibau do Sul (RN) e Cabo de Santo Agostinho, Barreiros, Ipojuca, Sirinhaém, São José da Coroa Grande, Rio Formoso e Tamandaré no estado de Pernambuco. Todos os municípios estão localizados em áreas litorâneas, ou próximo a elas, e têm um grande fluxo de turistas. Neste relato nos restringiremos aos resultados do projeto no estado de Pernambuco.

Esse projeto foi formalizado por meio da aliança estratégica estabelecida entre a Plan Brasil, Plan Holanda e **Childhood Brasil** e está estruturado com o objetivo



de promover o fortalecimento da rede de proteção social, bem como a sensibilização e capacitação profissional de jovens e dos profissionais das empresas que operam no setor turístico, para adoção de condutas de proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual nos destinos turísticos de sete municípios do litoral sul de Pernambuco e a formação de lideranças juvenis. Sendo assim, o projeto estava organizado em quatro eixos estratégicos, que dialogavam entre si e se complementavam no processo de execução: formação dos profissionais que atuam na promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes; mobilização e formação dos profissionais que operam no setor turístico; mobilização comunitária na prevenção à exploração sexual (Jovens Mobilizadores); e formação profissional de jovens na área de gastronomia, hotelaria e turismo.

Os eixos estratégicos do projeto tinham como objetivo a articulação do trade turístico com o Sistema de Garantia de Direitos, visando sensibilizá-lo sobre a prevenção e atuação acerca do enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes no turismo; a adoção do Código de Conduta Ética de Proteção de Crianças e Adolescentes no Turismo, elaborado no estado de Pernambuco; a qualificação do trade turístico; a elaboração de manuais de boas práticas; a qualificação do Sistema de Garantia de Direitos (SGD); a formação de Jovens Mobilizadores na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes; além de estabelecer pactos com os setores público e privado, e o monitoramento das ações de proteção à infância no contexto do turismo.

EIXOS

Formação dos profissionais que atuam na promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes

O objetivo deste eixo era fortalecer as instituições e os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos dos municípios participantes do projeto, fornecendo habilidades e procedimentos adequados para enfrentar de maneira efetiva a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Para alcançar esse objetivo foram estabelecidas três frentes de ação:

01

curso de formação dos operadores de direito do Sistema de Garantia de Direitos;

02

formação ou fortalecimento dos Comitês Municipais de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes;

03

elaboração dos planos municipais de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nessa perspectiva, os cursos de formação do SGD qualificaram e fortaleceram a base social nos municípios, visando uma atuação interdisciplinar e de integração entre os diversos setores de serviços, secretarias e organizações não governamentais (ongs). Participaram dessa ação os profissionais das secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, entre outras, bem como conselheiros de direito, conselheiros tutelares e representantes da sociedade civil. Com duração de 32 horas, os cursos abordaram temas como os fundamentos sócio-históricos sobre o conceito de criança, infância, família, violência sexual, marco legal, cuidado com o cuidador, políticas públicas, entre outros.

A metodologia dos cursos foi bastante participativa e incluiu como atividade final a elaboração de um plano de ação, a partir das expectativas do grupo e da realidade de cada localidade, tendo em vista a continuidade das ações nos municípios. Além disso, os grupos estabeleceram um fluxo de notificação e constituíram um Comitê Gestor local para monitorar os planos municipais e garantir a execução das ações propostas.

Em abril de 2012, no município de Sirinhaém, foi realizado um seminário regional com a participação dos sete municípios do litoral sul de Pernambuco. O foco do seminário era a apresentação dos planos de ação, elaborados por ocasião da formação do SGD nos municípios, e a adesão dos prefeitos ao Pacto Regional do Litoral Sul pela Proteção de Crianças e Adolescentes. Com essa iniciativa buscou-se o comprometimento do poder público por meio da implementação do plano de ação de enfrentamento à violência doméstica e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e o fortalecimento do comitê gestor local, formado por representantes do SGD para apoiar e monitorar sua execução.

Entre as ações previstas no Pacto Regional do Litoral Sul pela Proteção de Crianças e Adolescentes constava a elaboração ou revisão do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que se constituiu no principal foco de ação do Comitê Gestor a partir da assinatura do Pacto.

O processo de elaboração dos Planos Municipais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi iniciado pelos Comitês Gestores, com apoio da **Childhood Brasil**, no período de 2012 a 2014. Esse processo, no entanto, sofreu forte descontinuidade em virtude das eleições municipais de 2012. A chegada de novos governos

em 2013 resultou na mudança dos gestores e demais atores que estavam atuando no Sistema de Garantia de Direitos e consequentemente nos Comitês locais, o que exigiu um esforço imenso da equipe executora do projeto para resgatar esse processo e assegurar a elaboração dos planos municipais.

A elaboração dos Planos Municipais aconteceu por meio de oficinas realizadas nos municípios envolvendo o SGD.

Primeira oficina

Sensibilização do grupo sobre o tema da violência sexual, suas características, as estratégias de prevenção e os fluxos de atendimento. Esse momento foi bastante importante para alinhar o entendimento do grupo sobre o tema, pois o perfil dos participantes era outro em função da mudança da gestão municipal.

Segunda oficina

Análise da situação da exploração sexual de crianças e adolescentes no município e das ações de prevenção e enfrentamento em curso por meio de um diagnóstico rápido iniciado com a metodologia FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). O diagnóstico permitiu conhecer a realidade dos municípios e identificar a gravidade do problema, sendo este um passo fundamental para a elaboração do plano municipal tendo em vista que as metas a serem definidas para os próximos dez anos partiram do diagnóstico estabelecido no marco zero.

Terceira, quarta e quinta oficinas

Proposição de objetivos, ações, metas, prazo e responsável por cada um dos eixos do Plano Municipal, que seguiu a mesma estrutura dos eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

- **Análise da situação:** conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados e pesquisas.
- **Mobilização e articulação:** fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; envolver redes, fóruns, comissões, conselhos e etc.
- **Defesa e responsabilização:** atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.
- **Atendimento:** garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados.
- **Prevenção:** assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e autodefesa.
- **Protagonismo infantojuvenil:** promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos.³

Sexta oficina

Validação do Plano Municipal como documento único pelo Comitê Gestor Local e encaminhamento ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente para aprovação.

O encerramento desse eixo resultou na conclusão de seis planos municipais, entre os sete municípios de atuação do projeto. Apenas São José da Coroa Grande não concluiu seu plano porque o município se recusou a retomar o processo depois da troca de gestão municipal e da coordenação da **Childhood Brasil**.

³ BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Maio, 2013

Apesar das dificuldades no processo, os ganhos foram maiores e impulsionaram a rearticulação e o trabalho intersetorial da rede que constitui o Sistema de Garantia de Direitos, condição fundamental para o enfrentamento da violência sexual. O segundo ganho foi colocar em foco o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes e a necessidade de haver um planejamento, uma linha de ação para enfrentar essa questão. Isso porque, mesmo sem dados sistematizados, sabe-se que houve aumento dos casos de violência sexual, associado à questão do consumo e do tráfico de drogas e à construção do Porto e do Complexo Industrial de Suape na região. Esse processo ainda trouxe à tona a falta de retaguarda no atendimento aos casos de abuso e exploração sexual. A Saúde não tem um serviço especializado para o atendimento desses casos, o número de instituições de acolhimento é insuficiente e não existe retaguarda do eixo da defesa, que apresentou o fluxo mais frágil.

Merece destaque ainda que em cada município se constituiu um Comitê Local de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, que será o comitê responsável pelo monitoramento do plano.

Diante de todo esse processo, destacam-se como principais resultados desse eixo a elaboração de seis Planos Municipais de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes nos municípios de Sirinhaém, Tamandaré, Barreiros, Ipojuca, Rio Formoso e Cabo de Santo Agostinho. E formação de Comitês Locais; e a participação de 1469 pessoas, entre técnicos e profissionais do SGD local, representantes de ONGs, poder público municipal, de seminários, reuniões e oficinas de formação promovidas pelo Projeto em PE.

Mobilização e formação dos profissionais que operam no setor turístico

Esse eixo deu continuidade às ações iniciadas com a elaboração do Código de Conduta. O processo de sensibilização do setor turístico foi precedido por um mapeamento dos empreendimentos turísticos nos municípios de abrangência do projeto, por meio da aplicação de questionário junto a 260 empreendimentos, dos quais 119 foram meios de hospedagem e 141 bares e restaurantes. O mapeamento buscou levantar informações sobre três aspectos: caracterização do estabelecimento em relação a sua infraestrutura; caracterização dos recursos humanos; e identificação das políticas implementadas. Essa base de dados foi utilizada para definir as estratégias de sensibilização para adesão dos empreendimentos ao Código de Conduta, e também para alimentar de informações outro eixo do projeto Turismo e Proteção à Infância, voltado para formação profissional de jovens. Esse mapeamento, além de propiciar o conhecimento sobre o setor, serviu para ajudar as secretarias de turismo dos municípios, uma vez que o relatório foi entregue a cada uma delas, momento em que afirmaram não dispor dos dados sistematizados por meio do mapeamento.

Concluído o mapeamento, foi iniciada a mobilização dos proprietários dos meios de hospedagem, bares e restaurantes por meio de seminários de sensibilização

realizados entre junho e novembro de 2011. Aconteceram sete seminários, sendo um em cada município, com a participação de 259 pessoas, resultando na adesão de quase noventa empreendimentos ao Código de Conduta. Nos seminários foram apresentados os resultados do mapeamento feito pela **Childhood Brasil** com dados agregados por município, e realizadas palestras sobre a importância da adesão ao Código de Conduta e sobre estratégias de desenvolvimento do turismo sustentável.

Novos estabelecimentos continuaram sendo mobilizados para adesão do Código de Conduta durante todo o período do projeto (2011-2014) por meio de encontros de formação oferecidos ao setor turístico em seis dos sete municípios participantes. No município de Rio Formoso, o processo de formação não foi realizado porque não houve a adesão necessária para execução das atividades. Em cada município, o processo formativo foi organizado de forma distinta (em dois, três ou quatro módulos, dependendo da disponibilidade do grupo), embora os temas abordados tenham sido semelhantes, bem como a carga-horária que totalizou doze horas de formação. Assim, mais de 260 profissionais participaram dos encontros promovidos pela **Childhood Brasil** e 308 adesões foram cadastradas no banco de dados do projeto. Essas adesões

se dividem em 86 hotéis e pousadas, 189 bares e restaurantes, treze equipamentos de apoio e vinte associações atuantes no litoral sul de Pernambuco. Desses estabelecimentos, 85 assinaram o Código em 2012, 115 em 2013, e 26 estão sem data ou a data não foi informada.

Um dos resultados desse eixo que merece destaque consiste no expressivo número de empreendimentos que aderiram ao Código de Conduta, refletindo que houve a sensibilização dos empresários do setor para colaborar com o enfrentamento a exploração sexual de crianças e adolescentes. No entanto, os dados aferidos demonstram que o compromisso assumido com a adesão ao Código de Conduta ainda não se concretizou como política permanente de proteção à infância na maioria dos empreendimentos. Para que a implantação de uma política de proteção à infância aconteça, é necessária uma mu-

dança na cultura organizacional, o que exige um trabalho contínuo de capacitação das equipes que compõem os diversos setores dos meios de hospedagem de forma a gerar mudanças de atitudes, comportamentos e práticas entre os funcionários dos hotéis e pousadas. Esse processo que transcende o período de execução do projeto. A garantia da efetivação do Código de Conduta exige um processo de monitoramento e de formação contínuos, de forma a abranger um maior número de funcionários dos hotéis e pousadas, consolidando o compromisso destes com a proteção à infância. Faz-se necessário também a produção de material pedagógico específico, a formação de multiplicadores e que a Secretaria Estadual de Turismo/EMPETUR lidere o Comitê de Monitoramento, integrando-o à política de turismo do estado e assumindo o compromisso com a proteção à infância.

Mobilização Comunitária na Prevenção à Exploração Sexual - Jovens Mobilizadores

O eixo de Mobilização Comunitária de Jovens, do projeto Turismo e Proteção à Infância, teve como principal objetivo contribuir para a formação de lideranças juvenis que pudessem atuar como mobilizadores na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes. Essa formação ocorreu nos municípios do Cabo de Santo Agostinho, Barreiros, Ipojuca, Rio Formoso, Tamandaré, São José da Coroa Grande e Sirinhaém, e inicialmente contou com a participação de jovens de sete escolas públicas dos sete municípios do litoral Sul de Pernambuco para serem referências no desenvolvimento da ação de mobilização comunitária.

Em cada uma dessas escolas foram selecionados dez jovens, entre 14 e 17 anos, para participar do processo de formação de liderança e se transformarem em Jovens Mobilizadores na prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em Pernambuco, a **Childhood Brasil** estabeleceu uma parceria com a organização não governamental Coletivo Mulher Vida para realização do Curso de Formação Participativa de Jovens Mobilizadores na Proteção à Infância e Prevenção a Exploração Sexual de Crianças e adolescentes. O curso teve carga-horária de 152 horas, distribuídas em um ano e meio, com encontros mensais de 8h e dois seminários de 32h. Nos encontros foram abordadas temáticas estruturantes: como gênero, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos, identidade, ética, internet segura, direitos, violência, família, protagonismo e projetos de vida. O processo metodológico privilegiou momentos vivenciais e teóricos, além de exercícios ligados à organização de atividades de multiplicação e articulação.

Para acompanhar as atividades dos Jovens Mobilizadores, inclusive o curso de formação, cada escola designou um professor. Assim, como parte da estratégia de ação, o Coletivo Mulher Vida realizou encontros de formação para os professores,



abordando os mesmos temas trabalhados com os jovens, para que eles pudessem apoiar a ação dos Jovens Mobilizadores nos municípios. Embora essa iniciativa tenha sido bastante positiva, funcionou melhor naqueles municípios onde o mesmo professor acompanhou continuamente o grupo.

As ações de mobilização pública iniciaram paralelamente ao curso de formação, foram realizadas entre os módulos e foram intensificadas após a conclusão do curso em Julho de 2013. As principais ações realizadas pelos Jovens Mobilizadores foram palestras nas escolas, mobilização e panfletagem nas praias, caminhadas no 18 de Maio, campanha informativa para os caminhoneiros da Rota do Atlântico, participação em programas de rádio, rodas de debate, Copa das Meninas e lançamento da Campanha Não Desvie o Olhar, envolvendo o seguinte público:

17 Escolas aderiram ao projeto, das quais 11 formalizaram a adesão por meio do termo de compromisso;
ao longo do projeto 103 jovens participaram do processo formativo de jovens mobilizadores, sendo 64 meninas e 39 meninos;
atualmente, no litoral sul, 68 jovens estão atuando como Jovens Mobilizadores, destes, 30 estão no projeto desde 2011, um ingressou em 2012, quatro em 2013 e 33 em 2014, quando houve a reestruturação dos grupos com a entrada de novos jovens;
35 jovens que participaram inicialmente do curso de Jovens Mobilizadores evadiram ao longo do processo. Os principais fatores de desistência foram: arranjaram trabalho, engravidaram, casaram, concluíram o Ensino Médio, afastaram-se da escola, mudaram de cidade ou ainda perderam o interesse pelo projeto;
seis professores participaram da formação destinada aos professores acompanhantes;
9244 pessoas participaram diretamente e 27732 indiretamente.

Jovens Mobilizadores apresentaram uma visão muito positiva do projeto. Uma das principais dimensões de mudança relatada por eles foi a dimensão pessoal. Muitos afirmaram que eram muito tímidos, dificilmente se posicionavam em público, não se sentiam capazes de externar suas opiniões, experiências e seu modo de ver os acontecimentos. Com a participação no projeto esse comportamento foi pouco a pouco se transformando em autoconfiança, autoestima, vontade de aprender e proatividade. Assim, muitos jovens afirmaram ter mudado sua visão de mundo e a relação com os colegas, a família, a escola e a comunidade, construindo uma maior interação com as pessoas, nestes diferentes espaços sociais. Alguns destacaram ainda que o projeto colaborou para que eles definissem sua opção profissional, aspecto também bastante relevante.

O acesso ao conhecimento acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes foi outro aspecto comentado pelos jovens. Apesar de conviverem com essa realidade, eles não tinham a noção do que era a exploração sexual, que este é um problema presente em seu município afetando a vida de muitas crianças e adolescentes e que pode haver ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual. Os jovens relataram de forma enfática que privilegiar a educação de pares (jovem falando para jovem) foi um aspecto relevante da metodologia desenvolvida no âmbito do projeto.

Firmar parcerias nos municípios foi um dos pilares do projeto. As escolas foram uma das principais referências nesse campo, além dos Conselhos de Direitos e Tutelares, dos CRAS, de postos de saúde e de instituições não governamentais.

É unanimidade entre os Jovens Mobilizadores que o projeto não deveria acabar agora, todos reconhecem o quanto cresceram durante esses últimos anos, mas avaliam que ainda não estão maduros o suficiente para seguir como Jovens Mobilizadores sozinhos, ou sem o suporte da **Childhood Brasil**.

No quadro abaixo encontra-se a lista de parceiros por município.

MUNICÍPIOS	PARCEIROS
Cabo de Santo Agostinho	Escola Municipal Monteiro Lobato Escola Estadual Madre Iva Escola Municipal Marivaldo Burégio Escola Municipal Ariosto Martins Escola Municipal Maria Thamar (Gaibu) Conselho Tutelar
Barreiros	Escola Municipal José Canuto Escola de referência Dr. Antenor Guimarães Escola de referência Noronha Filho CRAS/ CREAS Rádio Litoral FM (96.1) Conselho Tutelar Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Assistência Social Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Ipojuca	Escola Municipal Luiz Manuel Nogueira Escola Estadual Albertina da Costa Soares Escola Municipal Assembléia de Deus Posto de Saúde da Família de Camela (“Postinho”) Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) Conselho Tutelar de Camela Concessionária Rota do Atlântico
Rio Formoso	Escola Estadual Wilson de Andrade Conselho Tutelar
São José da Coroa Grande	Escola Municipal Severina Nunes de Andrade Conselho Tutelar Secretaria de Assistência Social Associação Jovem Coroense (AJOC) Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Sirinhaém	Escola Municipal Santo Amaro Escola Municipal Miguel Arraes Igreja Católica

Formação Profissional de Jovens na Área de Gastronomia, Hotelaria e Turismo

Esse eixo consistiu na oferta de formação profissional de jovens para atender as demandas do próprio setor turístico, como uma forma de sensibilizar os empresários da área a contratarem em seu estabelecimento os jovens qualificados pelo projeto e, nessa parceria, se aproximarem da realidade e das dificuldades dos jovens do litoral sul no sentido de se integrar a rede de proteção à criança e adolescente. Para conhecer mais profundamente quais eram as demandas de recursos humanos do setor turístico, a equipe da **Childhood Brasil** fez em 2011 um levantamento das necessidades dos empreendimentos turísticos dos municípios de abrangência do projeto em relação à contratação de mão de obra especializada. Por meio da aplicação de questionários junto a 119 meios de hospedagem foi possível aferir que:

- os empreendimentos contratavam preferencialmente trabalhadores residentes no município;
- havia predominância de funcionários com idade entre 18 e 30 anos;
- entre as funções mais demandadas para contratação destacavam-se: recepcionista, camareira, auxiliar de cozinha, garçom e serviços gerais;
- no processo de seleção a escolaridade básica e o domínio de uma língua estrangeira eram mais requeridos do que a formação técnica;
- a maioria dos estabelecimentos afirmou não realizar capacitação de seus funcionários.

Com essas informações a **Childhood Brasil**, junto com os parceiros desta frente, definiu os cursos que seriam oferecidos aos jovens nos diversos municípios participantes do projeto. Para realização dos cursos contamos com a parceria com o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), entidade do Sistema “S”, reconhecida no Brasil pela experiência com formação profissional, por meio da Lei da Gratuidade. O SENAC ficou responsável por ministrar os conteúdos técnicos dos diversos cursos, voltados especificamente para o ofício. Além disso, contratou-se consultores que ficaram responsáveis pelos

conteúdos do módulo integrador e em cada município um articulador local atuava na mobilização e no acompanhamento dos jovens participantes. Desde 2012 foram realizadas nove cursos totalizando 22 turmas.

Todos os cursos tiveram uma estrutura curricular organizada em dois módulos (integrador e técnico) e uma atividade pedagógica (aula-vitrine). No módulo integrador, os jovens puderam aprofundar seus conhecimentos e práticas destinados a promover “o autoconhecimento, o resgate da autoestima, o empoderamento da condição de cidadão e de sujeito de direitos, construtor de sua própria

história”. O módulo técnico teve como foco os conhecimentos básicos, teóricos e práticos, da área profissional a qual se relacionava. A aula-vitrine, promovida em conjunto pela **Childhood Brasil** e pelo SENAC, era uma oportunidade para os jovens apresentarem os conhecimentos e habilidades desenvolvidas no curso para um conjunto de empresários, o que caracterizava essa atividade como um momento de intermediação de mão de obra.

É importante citar que essa estrutura curricular foi um diferencial em relação a outros cursos de formação profissional, inclusive aqueles oferecidos pelo próprio SENAC. O módulo integrador teve uma visão mais holística e humanista à formação profissional dos jovens.

Esse aspecto pode ser considerado fundamental, uma vez que a maioria dos jovens destacou a melhoria na comunicação e interação com outras pessoas, e a mudança de comportamento como um dos principais resultados do curso para sua vida.

Finalizado o curso, os jovens receberam um certificado emitido pelo SENAC e pela **Childhood Brasil** em eventos de formatura com presença das famílias e de parceiros estratégicos do projeto. Concluídas as atividades desse eixo destacam-se como principais resultados:

22 turmas realizadas abrangendo nove cursos;

534 jovens foram matriculados nos cursos, sendo 420 meninas e 114 meninos;

342 (64%) concluíram o curso e foram certificados;⁴

171 (32%) desistiram ou foram reprovados e 4% ainda não concluíram o curso;

13% conseguiram emprego logo após o curso, todos em áreas compatíveis com a formação;

39% estão atualmente empregados, desses 35% com carteira assinada, 37% sem carteira assinada e 28% como autônomos.



A experiência com a formação profissional foi bastante desafiadora, porém o alcance da ação realizada pela **Childhood Brasil** se mostrou significativo. Em primeiro lugar porque alguns municípios do litoral sul não vinham oferecendo formação profissional para jovens, havendo, portanto, uma demanda reprimida. Em segundo lugar, porque o mercado de trabalho na região é complexo, com oferta de vagas em áreas que não há mão de obra qualificada ao mesmo tempo que há um alto índice de desemprego juvenil. Em terceiro lugar, porque oferecer formação profissional para jovens em vulnerabilidade implica em desafios adicionais, pois muitos desistem no percurso porque arranjam trabalho temporário, mudam de cidade com a família, ingressam na faculdade ou ainda engravidam, no caso das mulheres. Todos esses fatores influenciaram decisivamente os resultados do projeto, mesmo assim foi possível contemplar a meta de jovens qualificados e obter um expressivo índice de inserção no mercado de trabalho, embora esse índice signifique apenas 52% da meta prevista de inserção para o projeto que era de 75%.

⁴ A turma de Garçom 2014 de Barreiros ainda não havia concluído o curso no período da pesquisa.

PRINCIPAIS AÇÕES APOIADAS PELA CHILDHOOD BRASIL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - 2007/2014



Desde que a **Childhood Brasil** iniciou suas ações nos estado de Pernambuco, também teve a oportunidade de apoiar outras ações estratégicas que promoviam a nossa causa e os direitos de crianças e adolescentes contra a violência sexual. Abaixo as principais ações que contaram com nosso apoio.

Assessoria técnica e financeira na revisão do Plano Decenal de Enfrentamento a Violência Sexual do Estado de Pernambuco.

Contribuição na elaboração do kit didático e pedagógico para conselheiros de direitos e tutelares.

Avaliação de projetos sociais com foco na violência sexual, os quais foram apoiados pelo Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

Apoio à campanha: “Violência sexual contra crianças e adolescentes: acreditar, proteger e responsabilizar. Violência sexual existe e você o que está fazendo?” promovida pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente-CEDCA/PE.

Apoio técnico e financeiro ao encontro preparatório do III Congresso Mundial / ECPAT, que aconteceu em maio de 2009 em Recife.

Apoio à ação Copa das Meninas, com a participação dos Jovens Mobilizadores em Boa Viagem e Porto de Galinhas.

DEPOIMENTOS

“A gente abraça essa causa principalmente porque hoje vivemos um momento inédito na gestão municipal aqui em Tamandaré, onde praticamente 100% dos gestores são naturais desta cidade. Por conhecer bem a cidade, a gente sabe que há muitos anos tem essa problemática em nosso turismo, que ficou marcado como um lugar aonde os turistas vêm em busca de um ‘turismo sexual’ e nós estamos lutando pra mudar essa realidade. Através de campanhas, projetos e parcerias como essa com a **Childhood Brasil**, onde a gente conseguiu uma redução significativa nesses índices de exploração sexual. É claro que ainda há muito por fazer, mas é perceptível que o comportamento tanto dos moradores e empresários, quanto dos próprios visitantes está mudando. Este já é o segundo mandato do prefeito Hildo Hacker e foi após a sua gestão que essa parceria se consolidou. Hoje a nossa expectativa é de que esse trabalho possa se ampliar ainda mais.”

Eduardo Galvão

(Secretário de Turismo e Eventos de Tamandaré)

“Já faz mais de dois anos que a gente vem participando de reuniões e seminários junto à **Childhood**, à Prefeitura, o Sebrae e Empetur. Mas foi com o trabalho sistemático de **Childhood**, que está sempre nos visitando e realizando atividades com o setor, que a gente teve um maior interesse em participar e aderir a essa ideia. Pra nós é importante estar nessa parceria, inclusive cedendo espaço pra essas reuniões, porque isso fortalece o turismo sustentável, além de promover uma divulgação do nosso trabalho. Acredito que quando a gente está unido, conseguimos construir muito mais. E foi através do conhecimento desse código de conduta que nós, enquanto restaurante, passamos a ficar mais atentos a essas questões de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Então assim a gente pode observar melhor quem está frequentando a nossa casa, perceber se existe algo de estranho ou um comportamento suspeito de algum cliente e isso só se consegue identificar no dia-a-dia. Quando a gente acha que pode estar acontecendo algo fora do normal, logo acionamos as autoridades (polícia ou conselho tutelar) pra poder tomar as providências cabíveis.”

Adiel Correia

(Sócio-proprietário do Restaurante Tapera do Sabor e fundador do Manguetal Ecoturismo – Passeios de Catamarã)

“Embora ainda seja muito nova, já vivi muita coisa e tive que aprender com as dificuldades. Nasci em Barreiros, mas tive que ir pra São Paulo ainda pequena, meus pais são evangélicos e de uma doutrina muito tradicional e rígida. Com 16 anos eu decidi que queria algo diferente pra mim e resolvi voltar pra Pernambuco. Hoje moro com meus avós e não fácil viver aqui. Tenho muita vontade de vencer, gosto muito de ler e escrever. Tenho vários poemas, crônicas e um blog na internet pra dizer o que penso. Meu sonho é ser jornalista. Sei que o curso não é bem nessa área, mas aqui encontrei uma oportunidade de continuar acreditando que eu sou capaz. Fiz novos amigos e sei que através dessa capacitação eu vou poder trabalhar e ter minha independência para poder realizar meus planos.”

Rebeka Maris, 18 anos
(Frequentou o Curso de Vendedor em Barreiros)

“Eu me considero um guerreira. Minha história de vida não foi nada fácil, podia passar horas contando tudo que já sofri e batalhei pra chegar até aqui. Mas quero dizer que esse curso mudou a minha vida, me fez enxergar que eu posso começar de novo e sonhar alto. O desafio começou logo na inscrição, porque eu não estava dentro da faixa etária. Mas eu não desisti e fiquei sempre procurando o Giorgio da Creche Padre Enzo, pra ver se ele conseguia me encaixar. Hoje estou aqui, sei que não sou tão jovem, mas minha vontade de trabalhar é o que me faz seguir em frente. Tenho dois filhos, sou casada, minha rotina é dura. Acordo antes do galo cantar pra fazer o café e o almoço, botar as crianças pra escola e depois vir pro curso. À tarde eu trabalho de diarista e à noite eu estou estudando no EJA (Educação de Jovens e Adultos), pois não tive oportunidade de fazer nada disso quando era mais jovem. É muito esforço, eu sei, mas também sei que vai valer a pena, porque no futuro, quem sabe, vocês vão vir aqui em Tamandaré e vão ver uma fachada assim bem bonita ‘Pizzaria e Sorveteria da Naura’ (tô pensando num nome pra homenagear a minha família que é tudo que eu tenho). Mas uma coisa eu sei, toda vez eu venho pra essas aulas me sinto mais encorajada a seguir em frente. E sou grata pelo trabalho dessas organizações que estão nos ajudando a pensar no nosso futuro.”

Naura Mendes, 38 anos
(Frequentou o curso de Auxiliar de Cozinha em Tamandaré)

“O curso foi de muita importância e esclarecimento com as temáticas abordadas. Através da mesma será possível intervir com clareza.”

(Professora de Escola Municipal em Sirinhaém)

“Este tema, bem como suas abordagens veio provocar um sentimento concreto de preocupação e me fazer perceber o quanto é urgente iniciar um trabalho de prevenção enquanto os índices ainda são baixos.”

(Gestora de Escola Municipal em Sirinhaém)

“Foi muito importante, aprendi bastante principalmente nas leis, abrangeu o meu conhecimento e como tomar uma decisão diante de situações de violência contra crianças e adolescentes, espero que venham outras vezes e no qual eu possa participar.”

(Professora de Escola Municipal em Sirinhaém)

“Achei que esse encontro foi muito proveitoso, me sinto mais preparada para enfrentar problemas de violência infantil caso venha acontecer. Tenho expectativas de que esse projeto venha dar bons frutos.”

(Professora de Escola Municipal em Sirinhaém)

“O Código de Conduta servirá como instrumento de orientação, educação e sensibilização junto aos colaboradores da cadeia produtiva do turismo para que sejam agentes de proteção de crianças e adolescentes, além de orientá-los sobre padrões éticos e legais.”

Maria Luiza Duarte
(coordenadora da Rede ECPAT Brasil)

“Uma das maiores contribuições da **Childhood Brasil** no estado de Pernambuco foi a constituição de grupos de educadores, gestores e lideranças juvenis capacitados e motivados para manter viva a luta pela preservação dos direitos das crianças e dos adolescentes, em especial no que diz respeito ao enfrentamento à violência sexual. Ela poderia ter ampliado e consolidado parcerias com universidades e grupos de pesquisa para o desenvolvimento de ações articuladas de forma convergente, complementar ou até conjuntas, fundamentadas nos objetivos comuns. Mas aprendemos na prática que a capacidade e a disponibilidade para trabalhar em rede é possível.”

Luis de La Mora
(Professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/
Comissão de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara)

“A **Childhood Brasil** foi a instituição que, com certeza, trouxe a sensibilização para ordem do dia. Levar o tema para CONTUR foi de grande importância. Ocupar espaço na mídia e penetrar em todo o estado marcou o tema como ‘isso não pode, nem deve ser deixado de lado’, independente de qualquer gráfico de resultados, é fato. Ela trouxe o tema para dentro da Abeoc, para a tomada de consciência e de que cada um além de poder, deve fazer algo contra a exploração sexual infantil. Além disso, também se deve destacar formação de jovens para a área de hotelaria. O educar para o trabalho.”

Tatiana Marques

(Associação de Empresas Organizadoras de Eventos - ABEOC)

“No período de 2007 a 2014, a Childhood, em função das suas práticas e dos seus apoios, e, em especial, dos seus princípios éticos e espírito de liderança, se fez um marco no combate à violência e ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. O referido marco trouxe consigo novas possibilidades de enfrentar as questões e desafios dessa empreitada de largo alcance e valor social; de forma criativa e ousada, planejada e pioneira. Sobre o que poderia ter feito de diferente, essa, para mim, não é a grande questão, mas sim o que deixou de fazer e que tinha competência estabelecida para fazê-lo: implementar a criação de uma Universidade Aberta, cuja finalidade era sistematizar as suas formulações teóricas e metodológicas institucionalizando-as. A minha participação nos Projetos da **Childhood** se fez na forma de consultoria, elaborando projeto ou ministrando cursos de curta duração. Em todas essas ocasiões vivenciei experiências de produções coletivas de ações e de saberes de extraordinária importância e alcance sociais, no que concerne ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. É isso aí!”

Professor Sylvio Ferreira

(Departamento de Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco)

“A **Childhood Brasil** colaborou com a consultoria na elaboração do Plano Decenal Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco (2008 – 2017); na organização e apoio financeiro para a publicação de um kit com diversas publicações sobre violência sexual em Pernambuco; no processo de formação de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos; na montagem da Sala de Depoimentos Sem Dano; e na edição do Código de Condutas de Pernambuco; na captação de recursos para o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco, permitindo ao

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco ampliar o apoio financeiro a projetos de atendimento a crianças e adolescentes. Além disso, ela apoiou as cidades do litoral sul e realizou um diagnóstico da situação.

Acredito que ela poderia ter continuado as ações do Escritório em Pernambuco, ampliando e consolidando o leque de ações para a região nordeste, além de ampliar parceria com a Escola de Conselhos de Pernambuco.

Com essa parceria, o CEDCA aprendeu uma metodologia para atuar junto ao trade turístico, além de conteúdos e abordagem para atuar com temas complexos e delicados: abuso sexual e exploração sexual.”

Fernando Silva

(Diretor Executivo do CEDCA na época da assinatura do Termo de parceria com o Governo do Estado e no estabelecimento do 1º Convênio com o CEDCA e Ex – Secretário da Criança e do Adolescente do Estado de Pernambuco)

“A contribuição da **Childhood** em Pernambuco iniciou em 2000 com o primeiro ciclo de projetos da WCF e desde então trabalhou com várias entidades, proporcionando investimentos técnicos e de formação para as entidades locais. Em toda sua trajetória podemos confirmar a preocupação com a contratação de pessoal extremamente qualificado e que a cada ação realizada havia a preocupação com a qualidade dos produtos alcançados.

Acredito que estamos em um momento difícil para as organizações do terceiro setor e o formato que a **Childhood** escolheu para o desenvolvimento de suas ações em Pernambuco não fortalece as entidades locais. Foi um formato no qual a **Childhood** era responsável pelas ações, mas contratava as entidades locais num processo de terceirização do serviço, de modo que a força política das entidades não era devidamente utilizada e criava confusão sobre a identidade do trabalho.

Maria Luiza Duarte

(Assistente Social do Ministério Público de Pernambuco e Ex- Diretora do Coletivo Mulher Vida)

“A **Childhood Brasil** trouxe importantes contribuições para o estado de Pernambuco, no que tange ao enfrentamento à Violência sexual Contra Crianças e adolescentes, fortalecendo algumas ações já empreendidas no estado, bem como inovando com ações ainda não começadas. Consideramos algumas ações bastantes significativas, como a participação da **Childhood** em diversos fóruns de debates, nos âmbitos da justiça, saúde, educação e assistência social, trazendo sempre

contribuições técnicas e científicas para que instituições e profissionais pudessem fortalecer, questionar e incrementar suas práticas.

Além disso, o projeto Capacitação e Formação Técnicas com Jovens foi de grande relevância no que diz respeito à prevenção e ao enfrentamento à violência sexual, inclusive no âmbito da exploração sexual. Esse projeto contribuiu para que inúmeros jovens e suas respectivas famílias pudessem suplantar e superar as problemáticas advindas de classe socioeconômica desfavorável — muitas delas vítimas dos mais diversos tipos de violência — capacitando-os profissionalmente e favorecendo o protagonismo em suas vidas. Ao mesmo tempo, ele contribuiu para que empresas dos âmbitos turístico e gastronômico também pudessem trabalhar na perspectiva de enfrentamento à violência sexual.

Já o trabalho de prevenção e enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes nas Rodovias do Estado contribuiu com o levantamento de dados para implantação de Políticas Públicas.

A criação de um Centro de Estudo, Pesquisa e Atendimento (CEPARVS) vinculado a uma instituição de Ensino Superior fomentou a disseminação de pesquisas e metodologia nessa área de enfrentamento, bem como favoreceu o acompanhamento psicológico de crianças e adolescentes (e suas famílias) vítimas de violência sexual.

E não podemos esquecer que a **Childhood** participou de maneira efetiva na elaboração/formulação do Plano Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado de Pernambuco. Enfim, foram muitas as ações exitosas de enfrentamento à violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Estado de Pernambuco efetuadas pela Childhood, o que nos faz lamentar a finalização da atuação da **Childhood** no nosso estado. Ela poderia continuar contribuindo para que o estado tecesse e fortalecesse ainda mais suas políticas públicas.

A FAFIRE se beneficiou significativamente com a parceria com a **Childhood Brasil**, especialmente com a capacitação técnica da equipe de profissionais, por meio da supervisão clínica com profissional externo (CEARAS) e visitas a quatro instituições em São Paulo (CRAMI-ABC, Projeto Quixote/Projeto Cuidar, PAVAS - USP, Sedes Sapientiae - CNRVV). Essa parceria foi fundamental para a criação do CEPARVS, que está inserido na Clínica Psicológica Paula Frassinetti – FAFIRE. Por sua vez, o próprio CEPARVS contribuiu para a capacitação teórica e prática de futuros profissionais, que serão inseridos no mercado de trabalho, mais sensibilizados e capacitados para trabalhar com essa temática nos mais diversos campos de atuação profissional. A criação de um fórum de discussão permanente dessa temática dentro da instituição de ensino superior favorece que estudantes e profissionais possam ampliar, discutir, revisar e fortalecer suas práticas de atuação, no que diz respeito à temática de violência contra crianças e adolescentes. No que diz respeito à produção teórica, a publicação sobre a metodologia do

CEPARVS, retratando a experiência piloto de implantação do serviço, favorece que outros serviços e profissionais possam ter subsídios para outras iniciativas nesse âmbito de atendimento. Além disso, a publicação da Pesquisa diagnóstica da Rede de Proteção favorece o levantamento de dados para implantação de novas políticas públicas. Essa pesquisa retrata o atendimento integral à criança e ao adolescente vítimas de violência sexual em oito cidades polo de Pernambuco, mostrando a real situação da fragilidade da rede de enfrentamento à Violência.

O atendimento psicológico às vítimas de violência foi ampliado, não mais restringindo o acolhimento aos casos encaminhados pelo TJ/PE, mas também à demanda espontânea que chega à Clínica Psicológica Paula Frassinetti da FAFIRE. Dessa forma, estamos oferecendo espaço de escuta a essas pessoas, setor extremamente carente na rede pública. Vale salientar que o CEPARVS também contribuiu para quebra de barreiras e preconceitos quanto à escuta e atendimento/tratamento aos atores da violência, entendendo-os como sujeitos que também precisam de um lugar de escuta e elaboração de seu sofrimento psíquico.

Consideramos que o término das ações da **Childhood** no estado minimiza o crescimento e a ampliação de algumas frentes de trabalho no que tange ao enfrentamento da problemática da violência.”

Joelma Correia e Fernanda Andrade

(Professoras do Departamento de Psicologia e psicólogas do CEPARVS da Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE)

CONCLUSÃO

A atuação da **Childhood Brasil** em Pernambuco por meio do Programa Pernambuco de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PPEVS) consistiu na execução e consolidação de metodologias de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes testadas num único estado. Os projetos, ações e pesquisas realizadas e executadas em Pernambuco foram planejados de forma a integrar os três setores, visando promover ações de proteção à infância e contribuindo para a consolidação de políticas públicas com o recorte da violência sexual.

As linhas de ações definidas para o PPEVS e devidamente credenciadas ao CEDCA-PE estavam relacionadas às demandas do estado e visavam a complementação de ações, o diálogo permanente com os três setores da sociedade e as lacunas apresentadas nos eixos estratégicos do Plano Estadual Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco, consolidando um programa articulado e integrado.

Por ser inovadora, essa iniciativa enfrentou algumas resistências iniciais que necessitaram de mediações e articulações permanentes. A captação de recursos aconteceu por meio de edital, de parceria com empresas e de doação ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente-FEDCA, mediante apresentação de projetos específicos para linha de ação de enfrentamento à violência sexual.

Considerando os projetos executados, em relação ao Projeto Laços de Proteção na Educação e no Sistema

de Garantia de Direitos, concluímos que foram projetos bem sucedidos e que exigiram uma intensa articulação e mediação de conflitos frente aos gestores para liberação dos funcionários e priorização na elaboração dos planos municipais de enfrentamento à violência sexual, nos municípios do Litoral Sul de Pernambuco. Outro aspecto a ser ressaltado é a identificação da fragilidade da sociedade civil, que carece de organizações mais estruturadas e atuantes na temática dos direitos da criança e do adolescente, e o despreparo dos agentes governamentais e não governamentais, para abordar o problema da exploração sexual, o que dificultou sobremaneira o avanço das discussões e o aprofundamento das proposições para o plano.

Essas dificuldades, no entanto, foram superadas e seis municípios⁵ concluíram seus planos por meio de um processo participativo, que promoveu a mobilização social sobre o tema e qualificou a discussão dos representantes, tanto do governo quanto da sociedade civil. Assim, além dos planos, fica uma base social para o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescente, que embora ainda seja frágil, está sensibilizada sobre a problemática.

Destaca-se como um ganho significativo desse processo ter colocado em diálogo os vários representantes que atuam pelos direitos da criança. Em vários municípios, a interlocução entre as secretarias não existia, e entre estas e a sociedade civil menos ainda. Mediar o diálogo entre estes atores possibilitou o fortalecimento da ação em rede que alicerça o bom funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos.

O grande desafio é colocar em prática as ações previstas no plano, o que demandará uma ação contínua de incidência política para garantir orçamento para as atividades, qualificar a participação dos representantes governamentais e não governamentais, monitorar a execução do plano e sensibilizar permanentemente a sociedade sobre esse problema.

A interação entre os empreendimentos do setor turístico, o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares de cada município é fundamental. Assim, sugere-se que os Conselhos participem do momento de capacitação do setor turístico, apresentando as ações desenvolvidas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A conclusão dos planos pode ser considerada um legado do projeto para os municípios, mas é preciso dar continuidade a eles para que se efetivem como mudança duradoura para vida das crianças. Os planos municipais deverão ser encaminhados para aprovação do Conselho de Direitos e da Câmara Municipal, de forma que eles tenham legitimidade e poder de lei, garantindo que as ações de enfrentamento à violência sexual sejam política de estado e não fiquem restritas à decisão de cada gestão. Por sua vez, os municípios precisam destinar orçamento para implementação dos Planos Municipais de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o CMDCA deve monitorar o plano de forma sistemática, para que ele saia do papel.

As ações desenvolvidas com os jovens, tanto no campo da empregabilidade, quanto no campo da formação de lideranças, necessitam de um planejamento a médio



e longo prazos e de um monitoramento efetivo, de forma a garantir a perenidade da ação e a incidência em políticas públicas. E saímos felizes uma vez que a Plan Brasil, parceira importante dos projetos no estado, segue desenvolvendo ações de mobilização junto aos jovens.

As articulações na execução dos projetos e parceria com empresas do setor turístico e dos demais setores foram bem sucedidas e o tema da prevenção à exploração sexual entrou na cadeia produtiva dessas organizações, as quais participaram dos processos de sensibilização e de formação. O Legado do Código de Conduta é um parâmetro para a perenidade da ação, porém é necessário um monitoramento permanente e o comprometimento da Secretaria de Turismo/Empetur, assumindo o papel de articuladora e gestora do Comitê de Monitoramento do Código de Conduta.

Em relação ao Programa na Mão Certa no estado, o resultado e a metodologia adotados no mapeamento foram bem sucedidos levando-se em consideração que este foi o primeiro estado brasileiro a replicar a metodologia de mapeamento de pontos vulneráveis a exploração sexual nas rodovias estaduais envolvendo ampla capacitação do efetivo policial. Por meio do programa também foi possível mobilizar empresas de diferentes setores pelo enfrentamento da exploração sexual nas rodovias. Apesar de os sete anos não terem sido suficientes para transformar a realidade do estado e dos municípios trabalhados de forma estrutural, semeamos sementes importantes que dependem do envolvimento e engajamento dos atores locais para continuarem a crescer e gerarem frutos importantes para as crianças e adolescentes do estado de Pernambuco.

⁵ Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Barreiros, Rio Formoso, Tamandaré e Sirinhaém.

PARCEIROS





CHILDHOOD

PELA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA
FUNDADA POR S. M. RAINHA SILVIA DA SUÉCIA

Childhood Brasil (Instituto WCF-Brasil)

Rua Pequetita, 215 – 5o andar/parte

04552-060 – São Paulo – SP

www.childhood.org.br

childhood@childhood.org.br